

COM BASE NO EDITAL Nº 001/2025



SERRARIA-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA - PARAÍBA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Ética
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Saúde Pública



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SERRARIA-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA - PARAÍBA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

EDITAL Nº 001/2025

CÓD: OP-129JN-26
7908403587605

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos	7
2.	Ortografia oficial	10
3.	Acentuação gráfica.....	13
4.	Emprego das classes de palavras	14
5.	Emprego do sinal indicativo de crase.....	21
6.	Sintaxe da oração e do período	21
7.	Mecanismos de coesão textual.....	26

Informática

1.	Conceitos básicos de Informática com ênfase em funcionalidades, atalhos e boas práticas	35
2.	Sistemas Operacionais (Windows/Linux). Atalhos e Formatação no Windows	36
3.	Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint)	40
4.	Internet e Navegadores. redes.....	44
5.	Segurança da Informação	54
6.	Backup	56
7.	Hardware e Software	57
8.	Correio Eletrônico	58

Ética

1.	Ética na administração pública; principais deveres do servidor público; vedações ao servidor público; código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal (decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994).....	65
----	---	----

Conhecimentos Profissionais Agente de Combate às Endemias

1.	Ações de controle de endemias; doenças endêmicas e epidêmicas	75
2.	Atuação do agente de combate às endemias; educação em saúde e mobilização social; ética e legislação aplicada ao ace; lei nº 11. 350/2006 (ACE e ACS).....	79
3.	Avaliação de riscos ambientais; saúde ambiental.....	90
4.	Biologia e ciclo de vida de vetores; manejo integrado de vetores; controle biológico de vetores; controle mecânico e ambiental; controle químico de vetores; medidas de prevenção e controle.....	92
5.	Biossegurança no trabalho em saúde; segurança e uso de equipamentos de proteção individual (epi)	98
6.	Diagnóstico situacional em saúde.....	101
7.	Endemias urbanas e rurais.....	102
8.	Epidemiologia básica	103
9.	Georreferenciamento e mapeamento de áreas.....	105
10.	Indicadores epidemiológicos	108
11.	Sistema único de saúde (sus); legislação do sistema único de saúde (sus)	115

ÍNDICE

12. Noções de saneamento básico	135
13. Notificação compulsória de doenças	136
14. Planejamento e organização das ações de campo.....	140
15. Políticas públicas de saúde	141
16. Primeiros socorros básicos	145
17. Promoção da saúde	161
18. Registro e sistemas de informação em saúde..	165
19. Técnicas de inspeção domiciliar	168
20. Trabalho em equipe multiprofissional	169
21. Vigilância ambiental em saúde; vigilância epidemiológica	170
22. Zoonoses.....	172

Saúde Pública

1. Sistema único de saúde (sus); princípios e diretrizes do sus	181
2. Políticas públicas de saúde	181
3. Financiamento do sistema de saúde.....	181
4. Planejamento e gestão em saúde pública	186
5. Vigilância em saúde; vigilância epidemiológica	189
6. Vigilância sanitária	192
7. Promoção e prevenção em saúde.....	195
8. Atenção básica e estratégia saúde da família	197
9. Direitos e deveres do usuário do sus	202
10. Legislação sanitária	207
11. Controle social e participação popular na saúde	208
12. Responsabilidades dos entes federativos na saúde	213
13. Bioética e saúde pública	217

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas

- ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor comprehenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e comprehensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

AMOSTRA

- Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA COM ÊNFASE EM FUNCIONALIDADES, ATALHOS E BOAS PRÁTICAS

A informática é um campo fundamental atualmente, influenciando desde a comunicação até a automação de processos empresariais. Dominar os conceitos básicos e saber utilizar corretamente as ferramentas disponíveis tornou-se essencial em diversas áreas profissionais.

CONCEITOS BÁSICOS

A informática refere-se ao conjunto de conhecimentos e técnicas voltados ao processamento de informações por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, smartphones e tablets. Para compreender o funcionamento dessas tecnologias, é importante conhecer alguns conceitos fundamentais:

- **Hardware:** Componentes físicos de um sistema computacional, como processadores, memória RAM, discos rígidos (HDs ou SSDs), monitores, teclados e mouses.
- **Software:** Programas e sistemas operacionais que controlam o funcionamento dos dispositivos eletrônicos, permitindo a execução de tarefas diversas.
- **Sistema Operacional (SO):** Software que gerencia os recursos do computador, facilitando a interação entre o usuário e o hardware. Exemplos incluem Windows, macOS, Linux e Android.
- **Arquitetura de Computadores:** Estrutura e organização dos componentes do sistema computacional, incluindo a CPU, memórias e dispositivos de entrada e saída.

UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS

O uso eficiente das tecnologias de informática envolve o domínio de ferramentas e aplicativos que otimizam a produtividade e a comunicação. A seguir, destacamos algumas das principais áreas e suas aplicações:

Sistemas Operacionais

Os sistemas operacionais fornecem a base para a utilização do computador e outros dispositivos. Entre suas principais funções, destacam-se:

- Gerenciamento de arquivos e pastas (explorador de arquivos);
- Gerenciamento de processos e aplicativos em execução;
- Configuração de dispositivos e redes.

Aplicativos de Escritório

Os pacotes de produtividade, como o Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint) e o Google Workspace (Docs, Sheets, Slides), são amplamente utilizados para criação de documentos, planilhas e apresentações.

- Processadores de Texto: Softwares como Microsoft Word e Google Docs permitem a edição e formatação de textos, além da inclusão de imagens, tabelas e gráficos.
- Planilhas Eletrônicas: Ferramentas como Excel e Google Sheets possibilitam cálculos, organização de dados e criação de gráficos interativos.
- Apresentações: Softwares como PowerPoint e Google Slides são utilizados para elaborar apresentações visuais com animações, imagens e textos.

Navegadores de Internet e Segurança Digital

Os navegadores de internet, como Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Safari, permitem acessar páginas da web e serviços online. Para uma navegação segura, é importante seguir boas práticas, como:

- Atualizar constantemente os navegadores e sistemas operacionais;
- Evitar acessar sites não confiáveis;
- Utilizar senhas fortes e ativar a autenticação em dois fatores.

E-mails e Comunicação Digital

O correio eletrônico (e-mail) é uma ferramenta essencial para comunicação pessoal e profissional. Alguns serviços populares incluem Gmail, Outlook e Yahoo Mail. Além do e-mail, outras plataformas de comunicação digital são:

- Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Instagram;
- Mensageiros Instantâneos: WhatsApp, Telegram, Microsoft Teams.

Armazenamento em Nuvem

Os serviços de armazenamento em nuvem permitem salvar e compartilhar arquivos remotamente, garantindo acesso de qualquer lugar com conexão à internet. Exemplos incluem:

- Google Drive;
- Dropbox;
- OneDrive.

Ferramentas de Segurança e Proteção de Dados

A segurança da informação é um aspecto fundamental da informática. Algumas práticas e ferramentas importantes incluem:

- Antivírus: Softwares como Avast, Kaspersky e Windows Defender ajudam a proteger contra ameaças virtuais.
- Firewall: Filtra e bloqueia acessos não autorizados à rede.

AMOSTRA

- Criptografia de Dados: Protege informações sigilosas por meio de codificação.

BOAS PRÁTICAS

O uso adequado das ferramentas tecnológicas requer a aplicação de procedimentos básicos que garantam a eficiência e a segurança digital. Entre os principais procedimentos, destacam-se:

- **Organização de Arquivos e Pastas:** Manter uma estrutura de diretórios bem organizada facilita a localização e recuperação de informações.
- **Backup de Dados:** Realizar cópias de segurança regularmente evita perdas em caso de falhas no sistema.
- **Atualizações de Software:** Manter sistemas operacionais e aplicativos sempre atualizados melhora a segurança e o desempenho.
- **Manutenção Preventiva de Computadores:** Inclui limpeza física e digital dos dispositivos para garantir maior durabilidade e eficiência.

**SISTEMAS OPERACIONAIS (WINDOWS/LINUX).
ATALHOS E FORMATAÇÃO NO WINDOWS**
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

Área de trabalho

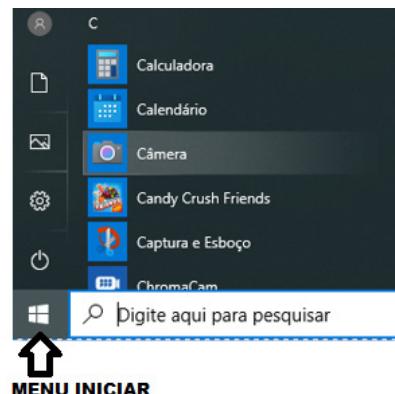
A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.

**Uso dos menus**

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.

**Programas e interação com o usuário**

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo: O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.

ÉTICA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO; VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO; CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994)

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de éticas” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94³, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

¹ CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército*, 2018.

² BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público*. Editora Jus Podivm, 2014.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992¹, é dividida em três seções:

“I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

“II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

“III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o resarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos².

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021³, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

A principal alteração trazida pela nova legislação é a extinção da modalidade culposa de improbidade. Com efeito, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente”. (Art. 1º, § 2º).

Destaque também para a atribuição de competência exclusiva do Ministério Pùblico para propor ações, com exigência de que a inicial da ação de improbidade já contenha as provas ou indícios da prática do ato de improbidade, sob pena de litigância de má-fé (Art. 17, caput e § 6º, I e II).

Outro ponto relevante diz respeito à dosimetria das penas: a Lei nº 14.230/2021 acaba com a pena mínima de suspensão dos direitos políticos (de 8 anos), e aumenta a pena máxima, que passa a ser de 14 anos; estabelece ainda pena maior para o enriquecimento ilícito (Art. 12, I, II).

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

² Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÙBlico. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.

AMOSTRA

Como principais alvos de críticas, pode-se registrar a introdução da prescrição intercorrente (Art. 23, § 8º), a conversão da lista dos atos de improbidade de exemplificativa em taxativa no texto da lei (Art. 11, caput) e finalmente, a limitação de prazos para resarcimento aos cofres públicos, restrição ausente no projeto original, que previa a imprescritibilidade de resarcimento do dano ao patrimônio público.

DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS¹

Os direitos do servidor público estão consagrados, em grande parte, na Constituição Federal (arts. 37 a 41); não há impedimento, contudo, para que outros direitos sejam outorgados pelas Constituições Estaduais ou mesmo nas leis ordinárias dos Estados e Municípios.

Os direitos e deveres do servidor público estatutário constam do Estatuto do Servidor que cada unidade da Federação tem competência para estabelecer, ou da CLT, se o regime celetista for o escolhido para reger as relações de emprego. Em qualquer hipótese, deverão ser observadas as normas da Constituição Federal.

Os estatutos promulgados antes da atual Constituição consignam os direitos e deveres do funcionário. A Lei nº 8.112/90, também estabelece em seus artigos os direitos e deveres dos servidores públicos.

Dentre os direitos, incluem-se os concernentes a férias, licenças, vencimento ou remuneração e demais vantagens pecuniárias, assistência, direito de petição, disponibilidade e aposentadoria, alguns deles já analisados no item concernente às normas constitucionais.

Com relação à retribuição pecuniária (direito ao estipêndio), já foi visto que a Emenda Constitucional nº 19/98 introduziu, ao lado do regime de remuneração ou vencimento, o sistema de subsídio. Para estes, o estipêndio compõe-se de uma parcela única, vedado acréscimo de vantagens outras de qualquer espécie. Para os servidores em regime de remuneração, continuam a existir as vantagens pecuniárias acrescidas ao padrão fixado em lei.

A legislação ordinária emprega, com sentidos precisos, os vocábulos vencimento e remuneração, usados indiferentemente na Constituição. Na lei federal, vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei (art. 40 da Lei nº 8.112/90) e remuneração é o vencimento e mais as vantagens pecuniárias atribuídas em lei (art. 41). Provento é a retribuição pecuniária a que faz jus o aposentado. E pensão é o benefício pago aos dependentes do servidor falecido. O vencimento, o subsídio e a remuneração (inclusive as vantagens pecuniárias de qualquer espécie), os proventos e a pensão são definidos em lei (arts. 37, X, 40, § 3º, 61, § 1º, a e d, da Constituição).

Com relação às vantagens pecuniárias, Hely Lopes Meirelles, faz uma classificação que já se tornou clássica; para ele, “vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (*ex facto temporis*), ou pelo desempenho de funções especiais (*ex facto officii*), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (*propter laboreum*), ou,

finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (*propter personam*). As duas primeiras espécies constituem os adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de função), as duas últimas formam a categoria das gratificações de serviço e gratificações pessoais”. A Lei nº 8.112/90, em seu artigo 49, prevê as vantagens que podem ser pagas ao servidor, incluindo, além dos adicionais e gratificações, também as indenizações, que compreendem a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia (definidos nos artigos subsequentes).

São exemplos de adicionais por tempo de serviço os acréscimos devidos por quinquênio e a sexta parte dos vencimentos, previstos na Constituição paulista (art. 129). Eles aderem ao vencimento e incluem-se nos cálculos dos proventos de aposentadoria.

Os **adicionais de função** são pagos em decorrência da natureza especial da função ou do regime especial de trabalho, como as vantagens de nível universitário e o adicional de dedicação exclusiva. Em regra, também se incorporam aos vencimentos e aos proventos desde que atendidas as condições legais.

A **gratificação de serviço** é retribuição paga em decorrência das condições anormais em que o serviço é prestado. Como exemplo, podem ser citadas as gratificações de representação, de insalubridade, de risco de vida e saúde.

As **gratificações pessoais** correspondem a acréscimos devidos em razão de situações individuais do servidor, como o salário-esposa e o salário-família.

Embora a classificação citada seja útil, até para fins didáticos, o critério distintivo – incorporação dos adicionais aos vencimentos e não incorporação das gratificações – nem sempre é o que decorre da lei; esta é que define as condições em que cada vantagem é devida e calculada e estabelece as hipóteses de incorporação. É frequente a lei determinar que uma gratificação (por exemplo, a de risco de vida e saúde) se incorpore aos vencimentos depois de determinado período de tempo. É evidente, contudo, que, no silêncio da lei, tem-se que entender que a gratificação de serviço somente é devida enquanto perdurarem as condições especiais de sua execução, não havendo infringência ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimento na retirada da vantagem quando o servidor deixa de desempenhar a função que lhe conferiu o acréscimo. As gratificações que não se incorporam não são incluídas nos vencimentos para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria e de pensão dos dependentes.

O princípio da irredutibilidade de vencimentos diz respeito ao padrão de cada cargo, emprego ou função e às vantagens pecuniárias já incorporadas; não abrange as vantagens transitórias, somente devidas em razão de trabalho que está sendo executado em condições especiais; cessado este, suspende-se o pagamento do acréscimo, correspondente ao cargo, emprego ou função.

Os vencimentos do servidor público (empregada a palavra em sentido amplo, para abranger também as vantagens pecuniárias) têm caráter alimentar e, por isso mesmo, não podem ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, consoante artigos 649, IV, 821 e 823 do CPC. Pelo artigo 833, IV, do novo CPC, são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios. Pela mesma razão, o artigo 100 da

¹ Pietro, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo. (36th edição). Grupo GEN, 2023.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

AÇÕES DE CONTROLE DE ENDEMIAS; DOENÇAS ENDÊMICAS E EPIDÊMICAS

A saúde pública é um campo essencial para o bem-estar das populações, focando na prevenção e controle de doenças e na promoção da saúde coletiva. Entre os conceitos fundamentais nesse campo estão os surtos, endemias, epidemias e a imunização. Estes termos representam diferentes aspectos da dinâmica das doenças dentro de uma comunidade e as estratégias utilizadas para controlá-las e preveni-las.

Os surtos referem-se à ocorrência de casos de uma determinada doença em um espaço específico, enquanto as endemias são caracterizadas pela presença constante de uma doença em uma população ou área geográfica. Por outro lado, as epidemias indicam um aumento súbito e significativo no número de casos de uma doença acima do esperado para aquela população. A imunização, por sua vez, é uma ferramenta crucial na prevenção de doenças, utilizando vacinas para proteger os indivíduos e, consequentemente, a comunidade.

Neste contexto, é fundamental que os agentes de endemias compreendam a diferença entre esses conceitos e suas implicações práticas para a saúde pública. Conhecer as características de cada um e as estratégias de controle e prevenção é essencial para a eficácia das ações de saúde.

► Surtos: Definição e Exemplos

Definição de Surtos

Na área da saúde pública, o termo “surto” refere-se a um agrupamento de casos de uma doença ou condição de saúde que ocorre em um espaço geográfico ou temporal específico, mais frequentemente do que seria esperado por acaso. Esse agrupamento pode indicar uma fonte comum de infecção ou um fator de risco compartilhado entre os indivíduos afetados. Identificar surtos é crucial para a implementação de medidas de controle e prevenção de surtos.

Tipos de Surtos

- **Surtos Espaciais:** Ocorrem quando há um aumento significativo de casos em uma localização geográfica específica. Isso pode indicar uma fonte local de contaminação, como um reservatório de água contaminada ou um vetor transmissor de doenças.
- **Surtos Temporais:** Caracterizam-se por um aumento no número de casos em um determinado período. Exemplos incluem surtos de gripe durante o inverno ou aumentos de casos de dengue durante a estação das chuvas.

- **Surtos Espaço-Temporais:** Envolvem a combinação de elementos espaciais e temporais, como um surto de gastroenterite em um bairro específico durante um curto intervalo de tempo.

Exemplos de Surtos

Surto de Doença Transmitida por Alimentos: Um exemplo clássico de surto espacial é um surto de intoxicação alimentar entre frequentadores de um restaurante específico. A investigação epidemiológica pode rastrear a fonte da contaminação, como alimentos mal armazenados ou manipulados de forma inadequada.

Casos de Tuberculose em uma Comunidade: A detecção de um surto de casos de tuberculose em uma área urbana pode indicar a presença de um indivíduo infectado que está espalhando a bactéria para contatos próximos. Medidas de controle podem incluir rastreamento de contatos, tratamento dos infectados e campanhas de educação sobre a doença.

Aumento de Casos de Dengue em uma Cidade: Durante a estação das chuvas, pode ocorrer um surto temporal de casos de dengue devido à proliferação de mosquitos Aedes aegypti, que são os vetores da doença. Medidas preventivas, como eliminação de criadouros e campanhas de conscientização, são essenciais para controlar esses surtos.

Surtos de COVID-19 em Eventos Sociais: Durante a pandemia de COVID-19, surtos espácia-temporais foram frequentemente observados em eventos sociais, como casamentos e festas. A investigação desses surtos ajudou a implementar medidas de distanciamento social e a reforçar a importância do uso de máscaras e da higienização das mãos.

Importância da Identificação de Surtos

A identificação de surtos é uma ferramenta fundamental para os profissionais de saúde pública. Ela permite:

- **Detecção Precoce de Surtos:** Identificar surtos pode ajudar a detectar surtos de doenças em estágio inicial, permitindo uma resposta rápida e eficaz.
- **Implementação de Medidas de Controle:** Conhecer a localização e o período dos surtos facilita a implementação de medidas de controle direcionadas, como quarentenas, campanhas de vacinação e intervenções ambientais.
- **Planejamento e Alocação de Recursos:** Informações sobre surtos ajudam na alocação eficiente de recursos, como profissionais de saúde, medicamentos e equipamentos.
- **Educação e Conscientização da População:** Informar a população sobre a existência de surtos pode aumentar a conscientização e a adesão às medidas preventivas.

AMOSTRA

Entender e identificar surtos é essencial para a saúde pública. Eles fornecem informações valiosas sobre a dinâmica de disseminação das doenças e ajudam a orientar ações preventivas e de controle. Agentes de endemias desempenham um papel crucial na detecção e resposta a esses surtos, contribuindo significativamente para a proteção da saúde da comunidade.

► **Endemias: Características e Impactos na População**

Definição de Endemias

Endemias referem-se à presença constante e usual de uma doença ou condição de saúde em uma população ou região geográfica específica. Diferentemente das epidemias, que são caracterizadas por um aumento súbito no número de casos, as endemias apresentam uma taxa relativamente estável de incidência ao longo do tempo. Essa estabilidade pode ser resultado de fatores ambientais, sociais e biológicos que mantêm a doença presente na comunidade de forma contínua.

Características das Endemias

- **Estabilidade da Incidência:** As endemias apresentam uma incidência constante, sem grandes flutuações no número de casos ao longo do tempo. Essa estabilidade é uma característica marcante que diferencia endemias de surtos e epidemias.
- **Fatores Ambientais e Sociais:** Fatores ambientais, como clima e presença de vetores, e fatores sociais, como condições de saneamento e práticas culturais, desempenham um papel crucial na manutenção das endemias.
- **Resistência e Adaptação dos Agentes Patogênicos:** Agentes causadores de doenças endêmicas frequentemente desenvolvem mecanismos de adaptação que lhes permitem sobreviver e se proliferar nas condições específicas da região afetada.
- **Imunidade Parcial da População:** Em regiões onde uma doença é endêmica, a população pode desenvolver uma imunidade parcial ou total, resultado de exposições repetidas ao agente patogênico.

Exemplos de Endemias

- **Malária na África Subsaariana:** A malária é endêmica em muitas regiões da África Subsaariana, devido à presença constante do mosquito Anopheles, vetor da doença. Condições ambientais favoráveis, como clima quente e úmido, e a ausência de controle adequado dos vetores contribuem para a manutenção da doença.
- **Doença de Chagas na América Latina:** Causada pelo parasita Trypanosoma cruzi e transmitida por insetos triatomíneos, a doença de Chagas é endêmica em várias regiões da América Latina. Fatores como habitações precárias e a presença do vetor no ambiente domiciliar são determinantes para a persistência da doença.

▪ **Esquistossomose no Brasil:** A esquistossomose, causada por parasitas do gênero Schistosoma, é endêmica em várias áreas do Brasil. A doença está associada a corpos d'água contaminados onde os caramujos hospedeiros intermediários proliferam.

▪ **Febre Amarela em Regiões Tropicais:** A febre amarela é endêmica em várias regiões tropicais da América do Sul e da África, onde a presença de mosquitos vetores, como Aedes aegypti e Haemagogus, facilita a transmissão contínua do vírus.

Impactos das Endemias na População

▪ **Impacto na Saúde Pública:** As endemias representam um desafio constante para os sistemas de saúde pública, exigindo recursos contínuos para diagnóstico, tratamento e prevenção. A carga de doenças endêmicas pode sobrecarregar os serviços de saúde e afetar a capacidade de resposta a outras emergências sanitárias.

▪ **Efeitos Econômicos:** Doenças endêmicas podem ter um impacto significativo na economia local, afetando a produtividade da força de trabalho, aumentando os custos de saúde e influenciando negativamente o desenvolvimento econômico. A presença constante de doenças pode desincentivar investimentos e turismo em regiões afetadas.

▪ **Desigualdades Sociais:** As endemias muitas vezes afetam desproporcionalmente populações vulneráveis, exacerbando desigualdades sociais. Fatores como pobreza, falta de acesso a serviços de saúde e condições de vida precárias aumentam a susceptibilidade dessas populações às doenças endêmicas.

▪ **Qualidade de Vida:** A presença contínua de doenças endêmicas pode reduzir a qualidade de vida das populações afetadas, causando sofrimento físico e emocional. Doenças crônicas e debilitantes podem limitar a capacidade das pessoas de realizar atividades diárias e comprometer seu bem-estar geral.

Estratégias de Controle e Prevenção

▪ **Educação e Conscientização:** Campanhas educativas são fundamentais para aumentar a conscientização sobre medidas preventivas e incentivar comportamentos saudáveis. Programas de educação comunitária podem reduzir a transmissão de doenças endêmicas.

▪ **Melhoria do Saneamento Básico:** Investimentos em saneamento básico, como acesso a água potável e sistemas de esgoto adequados, são essenciais para reduzir a incidência de muitas doenças endêmicas.

▪ **Controle de Vetores:** Implementar medidas de controle de vetores, como a eliminação de criadouros e o uso de inseticidas, é crucial para reduzir a transmissão de doenças como a malária e a dengue.

▪ **Vacinação:** A imunização é uma estratégia eficaz para prevenir certas doenças endêmicas. Programas de vacinação em massa podem controlar e até erradicar doenças como a febre amarela.

SAÚDE PÚBLICA

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS); PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.

Bons estudos!

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.

Bons estudos!

FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO FINANCIAMENTO DO SUS

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na estruturação do sistema de saúde brasileiro, estabelecendo os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Dentro desse cenário, o financiamento da saúde pública passou a ser orientado por princípios constitucionais claros, que garantem os recursos necessários para a execução das ações e serviços de saúde, assegurando o atendimento universal, integral e equitativo à população.

► O SUS como dever do Estado e direito do cidadão

A Constituição, em seu artigo 196, define que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Isso implica que o poder público tem a obrigação de planejar, financiar e executar ações que promovam, protejam e recuperem a saúde da população. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que existam mecanismos de financiamento sustentáveis e vinculados a recursos públicos.

A previsão constitucional criou o dever jurídico do Estado de manter um sistema público de saúde funcionando com qualidade e de forma universal. E isso só é possível com a existência de recursos financeiros adequados, o que gerou a necessidade de um modelo específico de financiamento.

► O pacto federativo e a repartição das responsabilidades financeiras

O modelo de financiamento do SUS é descentralizado e solidário, respeitando o pacto federativo estabelecido pela Constituição. Isso significa que a responsabilidade pelo financiamento do sistema é compartilhada entre os três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Cada esfera tem obrigações específicas quanto à aplicação de recursos públicos em saúde.

Essa repartição de responsabilidades visa garantir a autonomia dos entes federativos, mas também reforça a necessidade de cooperação entre eles. Sem essa articulação, há risco de sobrecarga de um dos níveis e descontinuidade nos serviços de saúde, o que pode comprometer a universalidade e integralidade do atendimento.

► A Emenda Constitucional 29 e a obrigatoriedade de aplicação mínima

Um dos principais marcos legais que regulamentam o financiamento do SUS é a Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Ela estabeleceu percentuais mínimos que cada ente federativo deve aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde:

- A União deve aplicar, no mínimo, o valor do ano anterior corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).
- Os Estados devem investir, pelo menos, 12% de sua receita própria.
- Os Municípios têm obrigação de aplicar, no mínimo, 15% de sua receita própria.

Essa emenda buscou combater a subfinanciamento crônico da saúde, tornando obrigatória a destinação de recursos mínimos para o setor. Antes disso, a aplicação em saúde ficava muito sujeita às variações políticas e orçamentárias, o que prejudicava a continuidade dos serviços.

► A regulamentação da EC 29: a Lei Complementar 141/2012

Embora a Emenda Constitucional 29 tenha definido os percentuais mínimos, foi só com a edição da Lei Complementar nº 141, de 2012, que houve a regulamentação dos critérios para a apuração dos valores mínimos e a definição clara do que pode ou não ser considerado gasto em saúde.

Essa lei também reforça a transparéncia e o controle social sobre os recursos da saúde, exigindo a divulgação dos gastos e o fortalecimento dos conselhos de saúde como espaços de fiscalização e participação popular.

AMOSTRA

► Princípios constitucionais aplicados ao financiamento

Além da obrigatoriedade legal dos repasses e da repartição federativa, o financiamento do SUS é guiado por princípios constitucionais que norteiam todo o sistema:

- **Universalidade:** O financiamento deve garantir acesso a toda a população, sem qualquer forma de discriminação.
- **Integralidade:** Os recursos devem ser suficientes para atender todas as necessidades de saúde dos cidadãos, do atendimento básico ao de alta complexidade.
- **Equidade:** A alocação de recursos deve levar em conta as desigualdades regionais e sociais, destinando mais a quem mais precisa.

Esses princípios não são apenas diretrizes abstratas: eles têm implicações práticas na formulação de políticas públicas e na distribuição dos recursos entre estados e municípios, buscando garantir justiça social e eficiência no uso do dinheiro público.

AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E SUAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS NO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi estruturado sob o princípio da descentralização administrativa, um dos pilares estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Isso significa que as responsabilidades pela execução das ações e serviços de saúde, bem como o financiamento dessas atividades, são compartilhadas entre os três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Cada esfera tem competências definidas e deve garantir, por meio de recursos próprios e transferências, o funcionamento efetivo do sistema de saúde.

Essa divisão de responsabilidades busca não apenas tornar o sistema mais eficiente e próximo das necessidades locais, mas também assegurar que todos os entes federativos participem da construção de um sistema de saúde justo, universal e integral.

► O papel da União no financiamento do SUS

A União é responsável por coordenar o sistema de saúde em âmbito nacional, além de exercer funções de normatização, regulação e financiamento complementar. Do ponto de vista financeiro, a União tem as seguintes atribuições principais:

- **Planejar e estabelecer políticas nacionais de saúde**, que orientam as ações das demais esferas de governo.
- **Financiar ações e serviços de saúde de forma complementar**, especialmente aqueles de maior custo ou complexidade.
- **Distribuir recursos do Fundo Nacional de Saúde** para Estados e Municípios, conforme critérios técnicos e legais.
- **Apoiar financeiramente regiões com menor capacidade econômica**, reduzindo desigualdades regionais no acesso à saúde.

De acordo com a Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos públicos, a União deve aplicar anualmente o valor do ano anterior corrigido pela inflação, o que gerou debates e preocupações em relação à manutenção e à ampliação dos serviços de saúde.

► Responsabilidades financeiras dos Estados

Os Estados atuam como elo intermediário entre a União e os Municípios, possuindo responsabilidades próprias e de apoio. Suas funções financeiras incluem:

- **Aplicar, no mínimo, 12% da receita própria em ações e serviços públicos de saúde**, conforme determina a Emenda Constitucional 29.
- **Coordenar o planejamento regional da saúde**, promovendo a articulação entre os municípios de sua área geográfica.
- **Executar ações de média e alta complexidade**, como hospitais regionais e laboratórios especializados.
- **Complementar o financiamento dos municípios**, em casos de necessidade ou insuficiência de recursos locais.

Os Estados também são responsáveis por parte do custeio das redes hospitalares estaduais e por investimentos em infraestrutura e equipamentos de saúde que atendem a mais de um município.

► Responsabilidades financeiras dos Municípios

Os Municípios são os principais executores das ações e serviços de saúde, já que estão mais próximos da população e conhecem melhor as demandas locais. Por isso, a municipalização do SUS foi um passo importante na descentralização do sistema. Em termos financeiros, os Municípios devem:

- **Aplicar, no mínimo, 15% da receita própria em saúde**, conforme estabelecido pela Constituição.
- **Gerenciar os serviços da atenção primária à saúde**, como postos de saúde, vacinação, atendimento ambulatorial e ações de prevenção.
- **Organizar e manter os serviços de urgência e emergência**, como o SAMU e as unidades de pronto atendimento (UPAs), quando sob sua responsabilidade.
- **Participar dos consórcios regionais**, com outros municípios, para oferecer serviços de média e alta complexidade.

Embora tenham grande carga de responsabilidade na execução do SUS, muitos municípios enfrentam dificuldades financeiras, especialmente os de pequeno porte. Isso torna essencial o apoio técnico e financeiro dos Estados e da União.

► A lógica da descentralização e da cooperação federativa

A descentralização do SUS foi uma estratégia para tornar o sistema mais ágil e eficiente, adaptando os serviços às realidades locais. Contudo, essa descentralização exige cooperação e coordenação constante entre os entes federativos. As responsabilidades financeiras precisam ser equilibradas, com repasses regulares e planejados, além de uma definição clara de competências.

A Constituição e a legislação infraconstitucional estabeleceram a gestão compartilhada como princípio orientador, sendo operacionalizada por meio de instâncias como as comissões intergestores bipartite (CIB) e tripartite (CIT), que reúnem representantes das três esferas para definir políticas, pactuar metas e discutir financiamento.





GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

COM BASE NO EDITAL N° 001/2025

SERRARIA-PB
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA - PARAÍBA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS



- Língua Portuguesa
- Informática
- Ética
- Conhecimentos Profissionais